

A verdade sufocada: iminência de novos sentidos sobre a ditadura

Magali Simone de Oliveira¹
Maria Magda Lima Santiago²

Resumo: Este artigo buscou analisar quais representações da ditadura militar (1964-1985) são construídas a partir de fragmentos de narrativas de vida (MACHADO, 2015) de um militar considerado como um dos maiores torturadores da ditadura; de excertos biográficos de três vítimas desse militar; e de estilhas de declarações do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que tem nesse personagem uma espécie de ídolo. Pretendeu-se distinguir, na análise desses excertos, a que servem os *ethos* (MAINGUENEAU, 2013) e os imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2015) que os perpassam. Concluiu-se neste artigo que os discursos que negam o caráter ditatorial e os crimes cometidos nesses 21 anos, como o do coronel Ustra e o discurso do presidente Bolsonaro, servem como alerta para a tentativa de reescritura da história brasileira.

Palavras-chave: Ditadura, representações sociais, *ethos*, narrativas de vida.

Postula-se, neste artigo, identificar, descrever e analisar que tipo de imaginários sociais (CHARAUDEAU, 2011; 2015) e *ethos* (MAINGUENEAU, 2013) de ditadura militar são articulados por militantes que afirmam terem sido vítimas do coronel Alberto Brilhante Ustra; pelo próprio Ustra (2006), em fragmentos de uma de suas biografias; e pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL – Partido Social Liberal), em trechos de declarações sobre o coronel e sobre a ditadura militar (1964-1985). Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do 2º Exército em São Paulo (DOI-CODI/SP) –, entre 1970 e 1974, é considerado responsável por pelo menos 50 mortes de presos torturados sob o seu comando dentro das dependências do DOI/CODI³.

1 Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Cefet e jornalista.

2 POSLIN/UFMG, doutora em Linguística – Análise do Discurso; professora do Centro Universitário Uma, em Belo Horizonte; e-mail: magdalimasantiago@gmail.com.

3 Matéria da jornalista Priscila Mendes, veiculada no portal G1, intitulada “Durante depoimento de Ustra, comissão aponta 50 mortes no DOI”. Publicado em 10/05/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/durante-depoimento-de-ustra-comissao-aponta-50-mortes-no-doi.html>>. Acesso em: 23 maio 2019.

Acredita-se que esse período da história sofre, no momento, tentativas de ressignificação, e buscou-se analisar cada um desses pontos de vista, procurando confirmar se contradizem ou não a história brasileira, atestada por vasta literatura (que vai muito além das obras que fundamentaram esse artigo), como pode ser visto em Arns (1999), Beto (1987), Fon (1979) e Gaspari (2002; 2014). Também pelos documentos gerados pelos depoimentos das vítimas, por notícias de jornais da época divulgados pela Comissão Nacional da Verdade (1978) e Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – que cita 233 torturadores da ditadura, entre eles o coronel Ustra.

Identifica-se, por outro lado, que as biografias de Ustra (1987; 2006) e obras de outros autores, como Júnior (2013) e Silveira & Carvalho (2016), traduzem os 21 anos em que o Brasil foi governado pelos militares como um regime não ditatorial, alegando que a violência do Estado foi usada para salvar o país do perigo de uma ditadura comunista. Embora em menor número, essas obras se caracterizam por comutar os militares em “vítimas da esquerda”, classificando-os como “heróis”, “patriotas” que enfrentavam a oposição acirrada de uma imprensa livre, numa justificativa para a cassação de políticos e a proibição do voto direto – o que, pretendemos mostrar, não tem respaldo histórico. Ressalta-se, porém, não ser objetivo deste estudo ignorar fatos como os relatos de que agentes da ditadura foram mortos por militantes de esquerda, e que esses, como guerrilheiros, conforme constatado por Azevedo (2019), também seriam violentos, uma vez que participavam de grupos armados.

É importante lembrar que, oficialmente, o coronel Ustra foi o primeiro militar a ser reconhecido pela justiça brasileira como torturador⁴. A escolha de relatos biográficos presentes em sua segunda biografia, “Verdades sufocadas. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, como parte do *corpus* desse artigo, justifica-se pelo temor de que o discurso presente nas memórias desse militar possa ser entendido como uma reconstituição legítima do que teria sido a vida militar e o governo dos presidentes militares, contrariando boa parte das informações que levaram a justiça a classificá-lo oficialmente como torturador. O discurso de apoio de Jair Bolsonaro – presidente que iniciou seu mandato em 2019 – ao coronel, alia-se a algumas ações, já adotadas pelo novo governo, que trazem para a contemporaneidade práticas e discursos comuns à ditadura, como a perseguição às universidades e escolas públicas, como pode ser visto na matéria do jornalista Marcelo

⁴ Matéria veiculada no portal G1, intitulada “Justiça de SP mantém sentença que aponta Ustra como torturador”. Publicado em 14/08/2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/08/justica-de-sp-mantem-sentenca-que-aponta-ustra-como-torturador.html> >. Acesso em: 26 maio 2019.

Ernesto, veiculada no jornal *Estado de Minas*, intitulada “Fundação João Pinheiro cancela aulas após vídeo de Bolsonaro com ‘mensagem’ a professores”⁵.

A lei proposta pelo atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, formulada de modo a inocentar policiais que atingem civis durante operações de combate ao crime, assunto da matéria veiculada no jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, intitulada “Moro propõe lei que isenta pena de policial que matar em serviço”⁶, também parece repetir condutas desse período.

Em uma de suas declarações, Jair Bolsonaro disse ter orgulho “da crueldade e do pavor” que o coronel Ustra, também conhecido como Dr. Tibiriçá, causava aos militantes por ele torturados, em especial à ex-presidenta Dilma Rousseff (PT – Partido dos Trabalhadores), que sofreu *impeachment* em 2016, e que foi uma das vítimas deste militar, como afirma matéria veiculada na *Rede Brasil Atual*, intitulada “Bolsonaro homenageia torturador em seu voto pelo impeachment”⁷. Posteriormente, Bolsonaro, ainda em 2016, quando era parlamentar, à época no PSC-RJ (Partido Social Cristão), ao responder à Comissão de Ética da Câmara Federal, declarou: “Ustra é um herói” – quando foi avaliada a possibilidade de cassar seu mandato por falta de decoro. Mas, de acordo com reportagem veiculada no portal *GI*, intitulada “Conselho de Ética arquiva processo de Bolsonaro por homenagem à Ustra”⁸, não houve consequências.

Quanto ao terceiro *corpus* de análise, as narrativas das vítimas de Ustra sobre a tortura que sofreram, evidenciam-se, como era de se esperar, diferenças identitárias e de posicionamento político-ideológico. Foram transcritos alguns excertos dos depoimentos de Ivan Seixas e Amelinha Teles, além do ex-deputado petista Adriano Diogo, ouvidos pelo jornalista Luiz Carlos Azenha, no *blog Vi o mundo*, em reportagem publicada em 18 de outubro de 2018.

Este artigo baseia seu estudo nas metodologias oriundas da Análise do Discurso, utilizadas como ferramenta para a ampliação do conhecimento sobre esse período, unindo campos do saber distintos como a História e a Linguística. Nessa perspectiva, ao se propor

⁵ Publicado em 30/10/2019. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/30/interna_politica,1001648/fundacao-joao-pinheiro-cancela-aulas-apos-video-de-bolsonaro-com-mens.shtml. Publicado em 30/10/2019. Acesso em: 20 maio 2019.

⁶ Publicado em 04/02/2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/moro-prop%C3%B5e-lei-que-isenta-pena-de-policial-que-matar-em-servi%C3%A7o-1.2131310>>. Acesso em: 21 maio 2019.

⁷ Publicado em 18/04/2016. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁸ Publicado em 9/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/conselho-de-etica-arquiva-processo-de-bolsonaro-por-homenagem-ustra.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

identificar e descrever os *ethé* e as representações sociodiscursivas de ditadura militar construídos pelos discursos dos personagens que fazem parte desse *corpus*, postula-se que tal artigo colabore para alertar sobre narrativas que se proponham a naturalizar a violência e a cassação dos direitos civis impostos no período.

Considera-se o pressuposto de Machado (2015) de que as “narrativas de si” são capazes de construir sentidos e novas identidades. Ao contar fatos biográficos, sobretudo momentos dramáticos, perpassados pela dor, sofrimento e medo da morte, muitas vezes o narrador de um relato biográfico recorre a atos de linguagem que evocam a identificação ou rejeição de si como personagem, durante a descrição para seu leitor/ouvinte. Para essa pesquisadora, a exposição de fragmentos de si pode se transmutar em argumentos favoráveis aos seus autores. Ou seja, Ustra, suas vítimas e Jair Bolsonaro – como deputado e como presidente – utilizam-se de seus relatos de vida para construir representações sociais de si próprios e da ditadura.

A partir desses conceitos, conforme explicado, procedemos à análise das *cenar da enunciação*, como elementos necessários para a conformação do *ethos*, segundo Maingueneau (2013), o que é retomado mais à frente. A análise de tais elementos foi aplicada aos relatos/declarações que constituem o *corpus* deste artigo.

Verdade, poder e narrativas de si na construção de sentidos

Quem define o que é a verdade? A quem cabe designar quem é livre ou quem deve ser preso? Segundo Bakhtin (1995), a palavra deve ser entendida como arena onde diferentes ideologias se digladiam. Desse modo, a palavra, como signo ideológico, ganha sentidos distintos de acordo com o contexto em que está inserida. Mas qual palavra tem poder?

Quais palavras qualificam ou desqualificam comportamentos, o trabalho e a importância dada por uma nação a determinados grupos sociais? Sob esse viés, Foucault (1977, p. 60) diz que "a produção de verdade é inteiramente infiltrada por relações de poder". Portanto, considerando esse ponto de vista, quem tem o poder de produzir discursos – como a ciência, a religião, a justiça, entre outros – também fabrica “saberes”, que são perpassados por relações de poder conflitantes.

Seguindo essa ótica, o poder de quem cria “saberes” ou “verdades” é constituído ainda pelo que Foucault (1977, p. 60) chama de “positividade na gestão de vida dos indivíduos”. Essa “positividade”, por sua vez, determina quais comportamentos devem ser considerados ou não desejáveis, sob o viés político, aos “cidadãos de bem” e sob a ótica econômica dos “funcionários padrão” (FOUCAULT, 1977, grifo nosso).

Na mesma linha, Bakhtin (1995, p.41) afirma que a palavra e os discursos de forças sociais conflitantes definem os papéis, os direitos e as obrigações de todos os segmentos que integram uma determinada sociedade. Assim, entende-se que “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”.

O livro autobiográfico de Ustra (2006), embora seja designado pelo próprio autor como um livro de memórias, também pode ser entendido como uma obra ficcional. O gênero autobiográfico não garante a veracidade dos fatos, o que dificulta a qualificação da obra como uma informação isenta, uma vez que seria “o leitor depositário da responsabilidade da crença, atestada a pouco confiável inscrição do ‘eu’ por esse nome próprio. Podemos nos fazer ainda outras perguntas: quão ‘real’ será a pessoa de autobiógrafo em seu texto?” (ARFUCH, 2010, p.53).

Arfuch (2010) toma por base o conceito bakhtiniano de “valor biográfico”, que ordena a narrativa e é constituído, por sua vez, de um valor ético, que atribui características morais ao “eu narrador”. Bakhtin (1979 *apud* ARFUCH, 2010) destaca que, nas biografias, não existe coincidência entre autor e personagem. Nessa mesma obra, a autora avalia que o processo vivencial, ou “fabulismo da vida” (BAKHTIN, 1979 *apud* ARFUCH, 2010), não pode ser facilmente fixado, mas tem um caráter cambiante, aberto, inacabado, capaz de relativizar a veracidade dos fatos.

Avançando uma hipótese, não é tanto o “conteúdo” do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, momentos, atitudes –, mas precisamente, as estratégias-ficcionais de autorrepresentação o que importa. Não tanto a “verdade” do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra, em última instância, que história (qual delas) alguém conta de si mesmo, ou de *outro eu*. E é essa qualidade autorreflexiva, esse caminho da narração, que será, afinal de contas, *significante* (ARFUCH, 2010, p.75).

Em Machado (2015), os oprimidos pela sociedade, ao divulgarem seu ponto de vista, por meio de relatos biográficos, como o poeta François Villon e o *sans-domicile*, morador de

rua identificado apenas como Eric, se utilizam de estratégias distintas como argumentos a favor de si próprios. Enquanto Villon conseguiu transmutar em exílio sua condenação à morte por enforcamento, depois de divulgar o poema “*La ballade des perdus*” (MACHADO, 2015, p. 137), o sem teto Éric, ao conceder entrevista ao jornal *Le monde*, apresenta, na matéria veiculada por este periódico, argumentação poderosa o suficiente para convencer o erário público a melhorar as condições de vida de quem mora nas ruas de Paris. Assim, nos perguntamos, como Machado (2015, p. 140): “a narrativa de vida pode ser usada como uma tentativa de reconstrução de uma identidade?”.

Imaginários sociodiscursivos, o *ethos* e as cenas da enunciação

Os depoimentos das três personas que constituem o *corpus* deste artigo: Ustra (2006), suas vítimas e Bolsonaro, são perpassados por interpretações da ditadura constituídas por significações e pontos de vista que constroem sentidos e imaginários sociodiscursivos sobre este sistema de governo. Como explica Charaudeau (2011),

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais [...] No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, locução televisiva, debate, reunião etc, imaginários relativos ao *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos. Frequentemente, estes imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes⁹ (CHARAUDEAU, 2011, p. 207).

Embora Charaudeau (2015) liste outros imaginários sociais, a ideia neste artigo é focar nos imaginários de verdade do discurso político, mais próximos da reflexão aqui proposta. Charaudeau (2011, p. 209) afirma que a descrição desses imaginários políticos ajuda a “imprimir força de verdade”, uma força que deve ser superior à do adversário ou do

⁹ Charaudeau (2011) explica que algumas expressões se originam da sobreposição de imaginários como “ser direto”, “falar franco”, “retidão” que se opõem a “falta de jeito”, “não ser autêntico”, ser “tortuoso”, etc.

contraditório. Ainda segundo Charaudeau (2011), mais que um “ser verdadeiro”, esses imaginários devem evocar um “crer” verdadeiro. Entre os imaginários de verdade do discurso político, descritos por Charaudeau (2011), apontamos como aplicáveis a este artigo, os seguintes:

Quadro 1 – A soberania e o soberanismo

Imaginário da soberania popular	Os desvios do soberanismo
[...] esse imaginário impõe uma luz pela vontade de um grupo, mesmo que este seja guiado pelas elites que se beneficiam dessa situação, pois a maioria jamais nasce espontaneamente. É preciso criar esta luz, investi-la de poder para que ela possa ter lugar neste terceiro mítico.	Os desvios do protecionismo em nome da defesa dos interesses do grupo supostamente soberano: efeito de fechamento sobre si [...] quando o direito de voto é negado às populações estrangeiras que residem e trabalham no país [...] o desvio da exclusão, que longe de procurar integrar as diferenças, procede à sua eliminação por massacres, extermínios de populações [...].

Fonte: Charaudeau (2011, p. 227; 239).

Apesar de os argumentos poderem ser centrados no *logos* (no conteúdo do discurso), ou no *pathos* (focado na exploração das emoções), este artigo busca a identificação dos *ethé* ou imagens) de ditadura que atravessam os discursos de Ustra (2006), de suas vítimas e de Bolsonaro. Maingueneau (2013) explica o *ethos* como a influência que o orador, ou locutor, causa na sua plateia. Em outras palavras, a imagem do locutor que o público constrói e que pode ajudar na rejeição ou aprovação do seu discurso. Ele também explica que, em alguns casos, quando o orador consegue produzir um *ethos* positivo, ou seja, que tenha “credibilidade positiva”, transforma sua audiência em uma espécie de “fiador” de seu discurso.

Mas as coisas são diferentes no domínio político, por exemplo, quando os enunciadores, que ocupam constantemente a cena midiática, são associados a um *ethos* que cada enunciação pode confirmar ou informar. De fato, mesmo que o coenunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de um discurso ou a certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos* (MAINGUENEAU, 2013, p.71).

Assim, para Maingueneau (2013), o discurso vai além da retórica, pressupondo elementos como a *cena da enunciação* para poder ser enunciado. Esta *cena da enunciação* é dividida em três fases pelo autor: *cena englobante* (tipo de discurso: literário, jornalístico etc); *cena genérica* (instituição discursiva: o editorial, o sermão); e a *cenografia* (o tom imposto à

narrativa), e a sua análise contribui para identificar quais *ethé* são construídos no discurso. Nessa perspectiva, usando tal teoria, analisamos os três discursos que constituem nosso *corpus*, tentando identificar os *ethos* de ditadura construídos nesses relatos/declarações, conforme já mencionado.

A construção dos imaginários sociodiscursivos através das narrativas de si e suas expressões identitárias – o discurso do coronel Ustra.

A primeira vez que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra escreveu um livro de memórias foi em 1987¹⁰, pouco antes de perder o cargo de adido militar no Uruguai, após ser denunciado ao ex-presidente José Sarney (PMDB) pela então deputada federal Beth Mendes (PT). Ela o reconheceu como o homem que a torturou durante o período em que esteve presa nos porões do DOI-CODI, por ele comandado. Este episódio é citado por Ustra (2006) em sua segunda autobiografia, *corpus* de análise deste artigo, intitulada “A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, publicada em 2006. Não se pode deixar de comentar que, logo nos primeiros meses do governo Bolsonaro, o deputado Heitor Freire (PSL) sugeriu ao ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez, que tornasse esse livro leitura obrigatória para os alunos do ensino médio em todo o Brasil – iniciativa que, por ora, parece ter sido abandonada.

Nele, Ustra relata a prisão da então atriz Beth Mendes, que teria integrado os quadros da VAR-Palmares, (Vanguarda Armada Revolucionária, grupo que atuou na clandestinidade combatendo a ditadura de 1964-1985) com o codinome “*Rosa*”, na primeira semana de agosto de 1970. De acordo com Ustra (2006), em seu depoimento à justiça em março de 1971, a atriz teria dito estar arrependida de ter participado das atividades naquela corporação. No entanto, em 19 de agosto de 1989, Beth Mendes o teria denunciado ao presidente José Sarney, como foi mencionado, dizendo ter sido torturada por ele e pedindo sua exoneração do cargo de adido militar no Uruguai. A denúncia, veiculada em todos os jornais naquela época, segundo

¹⁰ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. “*Rompendo o Silêncio*”. Brasília, DF: Editerra, 1987.

o coronel, teria manchado seu currículo frente à sua família, aos seus amigos e aos conhecidos.

Assim, em 2006, o oficial retoma o episódio em que foi denunciado por Beth Mendes, justificando que escreveu para contar “a todos os que repudiam a violência, amam a paz e a verdade” (USTRA, 2006, p. 20) – justificativa que é um paradoxo se comparada às acusações das vítimas de tortura deste militar e também ao depoimento do então parlamentar, Jair Bolsonaro (PSC-RJ), sobre os quais discorreremos em seguida. O coronel afirmou, em seu livro, estar relatando não só a verdade sobre a sua atuação no DOI-CODI, mas também denunciando “calúnias” que ele e os presidentes do período militar estariam sofrendo. Na interpretação de Ustra (2006), a história foi distorcida pelos “derrotados”; ou seja, os militantes de esquerda e todos aqueles que apoiaram o governo de João Goulart (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), deposto no golpe de 1964, que levou o país à ditadura.

Ustra (2006) demonstra um ponto de vista muito particular dos “anos de chumbo”, como se pode constatar pela sua versão dos fatos, segundo a qual João Goulart estava implantando o governo socialista no Brasil e, por isso, atendendo a um pedido da sociedade, dos empresários e da imprensa nacional, os militares teriam assumido o poder. Segundo o coronel,

Foi necessária uma repressão forte e organizada para acabar com a subversão e o terrorismo implantados no País. Muito se deve a estes atos terroristas o adiamento da normalidade institucional, das eleições diretas para presidente e governadores. Urgia pacificar o país e entregá-lo a novos governantes não comprometidos com a subversão (USTRA, 2006, p. 237).

Além disso, nessa “verdade sufocada” de Ustra (2006), as Forças Armadas teriam proporcionado um dos períodos mais “ricos da economia brasileira”. No entanto, segundo matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, apesar de o governo militar adotar medidas que levaram a um período de crescimento conhecido como “milagre econômico”, esse crescimento foi desigual, e a partir de 1973 e até 1984, quando os militares estavam prestes a deixar o poder, o país tinha uma inflação que passava de 200% ao ano¹¹.

Ustra (2006) conta que, em 1970, quando ainda era major e servia na 2ª Seção de Informações do Quartel General do II Exército, pouco antes de assumir o DOI-CODI, ele e

¹¹ Publicado em 23/03/2014. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

sua mulher, Maria Joseíta Silva Brilhante Ustra, foram “obrigados” a fazer “sacrifícios”, por causa da intensificação “da ação terrorista” e por seu “espírito de corpo”.

Eu iria, junto com os meus comandados, enfrentar “os estudantes armados com estilingue” que lutavam para “redemocratizar o país como dizem alguns membros da mídia”. Os “jovens idealistas”, na verdade, revelavam-se fanáticos assassinos, não hesitando trucidar inocentes em prol da odiosa causa que abraçavam (USTRA, 2006, p. 244).

Em tom melancólico, Ustra (2006) lista o nome de 120 militares mortos em combate, os “justiçamentos”¹², assaltos, sequestros, assassinatos e intimidações feitos pelos militantes de esquerda aos agentes das forças armadas. Considerado torturador pela justiça, classificação essa balizada em documentação que demonstra que esse coronel foi um dos mais cruéis torturadores de toda a ditadura – acusado de práticas como estupro, de inserir ratos nos órgãos genitais de suas vítimas, de simular atropelamentos ou tiroteios dos militantes assassinados durante as sessões de sevícias por ele aplicadas, entre outras –, Ustra (2006) nega todas as acusações a ele imputadas. Ele diz, em sua biografia, que os militantes não foram torturados nos porões do DOI-CODI, por ele comandado, mas que foram mortos em trocas de tiros com os agentes da repressão ou ainda que se suicidaram.

Nesse contexto, segundo esse coronel, a maioria dos detidos levados para interrogatório eram “orientados a matar-se por seus colegas para evitarem confessar alguma coisa”. E ainda: “Desses mortos, dois, segundo minhas pesquisas, suicidaram-se no DOI-CODI: o jornalista Vladimir Herzog¹³ e o operário Manuel Fiel Filho¹⁴. Os demais morreram sob combate” (USTRA, 2006, p. 301). Peritos e testemunhos da época, no entanto, atestam a impossibilidade do autoextermínio de ambos.

É, portanto, com tristeza que vejo a esquerda revanchista inventar que nossos salários eram complementados com dinheiro de empresários, que dávamos proteção e cobertura a marginais; que nos apossávamos do dinheiro e de bens das pessoas que

¹² “Justiçamento” é o julgamento, e posterior assassinato, de militantes considerados traidores por seus colegas. Azevedo comenta que esse procedimento era muito adotado entre os grupos de esquerda brasileiros. Ver em: AZEVEDO, Reinaldo. “Quando os esquerdistas mataram os próprios companheiros”. Revista *Veja*. Publicado em 22/02/2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/quando-os-esquerdistas-mataram-seus-proprios-companheiros/>>. Acesso em: 26 maio 2019.

¹³ Site do Instituto Vladimir Herzog. “Biografia de um jornalista”. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/biografia/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

¹⁴ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/manoel-fiel-filho/>. Acesso em: 20 maio 2019.

eram presas, que no DOI estuprávamos mulheres; que introduzíamos objetos em seus órgãos sexuais; que torturávamos e prendíamos não só crianças, como pais, irmãos e parentes de presos que nada tinham a ver com a subversão e terrorismo. Isto jamais aconteceu. Seguidamente sou apontado como chefe de homens que praticaram tais atos. Eu jamais os permitiria (USTRA, 2006, p. 289).

Além disso, o coronel, citando o escritor Olavo de Carvalho¹⁵, destaca teorias da época da ditadura que estão em voga atualmente, como a tese de que professores usariam a sala de aula para fazer “doutrinação socialista nas escolas”. Tal pensamento vem sendo usado pelo governo de Bolsonaro para justificar a perseguição a docentes¹⁶ de todo o país.

Este processo começou nas escolas de primeiro grau, onde o Ministério da Educação passou a indicar livros de História escritos por antigos militantes de organizações subversivo-terroristas, com suas versões distorcidas. Terroristas como Lamarca, Marighella e outros inspiram filmes românticos, peças de teatro, séries de TV, e passam a ser mitificados como heróis e mártires da liberdade. Os agentes da lei como bandidos. Documentários sobre esses “heróis” e entrevistas com subversivos, assassinos e sequestradores – sempre omitindo seus crimes – são transmitidas pela TV Câmara, TV Senado, TV Educativa e outras, narrando suas versões e apresentando-os sempre como vítimas do regime que perseguia estudantes indefesos (USTRA, 2006, p. 481).

Gritos que rastejam em memórias de dor e esperança por justiça: as vítimas da tortura

O *corpus* de análise deste artigo, no que se refere às vítimas, foi extraído de matérias do jornalista Luiz Carlos Azenha, veiculadas em vídeo no *blog Vi o mundo* em 2018¹⁷, que traz vídeos com entrevistas de três vítimas das torturas do coronel: Ivan Seixas, Amelinha Teles e Adriano Diogo. Em 2013, quando o coronel Ustra depôs na Comissão da Verdade, duas versões da história se confrontaram. Depois de perder na Justiça a ação movida pela família Teles, referente à acusação de tortura¹⁸, reviu algumas de suas antigas vítimas. Só que

¹⁵ De acordo com a jornalista Flávia Tavares, na matéria “Olavo de Carvalho, o guru da direita que rejeita o que dizem seus fãs defende teses consonantes com o pensamento da extrema direita”. Revista Época. Publicado em 23/11/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/olavo-de-carvalho-guru-da-direita-que-rejeita-que-dizem-seus-fas-23254692>>. Acesso em: 23 maio 2019.

¹⁶ Ver nota 3.

¹⁷ Publicado em 18 out. 2018. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/ustra-levou-mulher-e-filha-para-o-centro-de-torturas-diz-ivan-seixas-80-morreram-sob-a-responsabilidade-do-coronel-que-e-idolo-de-bolsonaro-veja-depoimento-de-torturados.html>>. Acesso em: 21 maio 2019.

¹⁸ Fonte: Documento da Comissão da Verdade. Tomo I parte III. Famílias Teles e Merlino. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-iii-cap3.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

dessa vez elas é que queriam fazê-lo confessar seus crimes. Ele se recusou. “Não converso com terroristas”. Sobre essa negativa, Adriano Diogo, na ocasião vereador pelo PT, comentou, acrescentando o seu relato:

Ele (Ustra) está usando o princípio democrático. Pode se recusar a falar: estamos em uma democracia. Mas a nenhuma de suas vítimas ele deu este direito. Ele foi o maior verdugo da ditadura. Eu cheguei à Oban no dia 23 de março de 1973. Eles tinham acabado de matar um colega de classe, Alexandre Vannucchi Leme. O sangue dele estava sendo tirado da cela naquela hora. Ele (Ustra) está muito nervoso. Tirou meu capuz e falou: acabei de mandar o “Minhoca” (como eles chamavam o Alexandre Vannucchi) para a Vanguarda Popular Celestial. E você vai ser o próximo. Usando muitos palavrões, ele perguntou: você sabe o que é um *Magnun*? Pois bem. É com este revólver que eu vou te matar. Terrorista! Bandido! E por aí afora!¹⁹

A tortura física, segundo Diogo, começou pouco depois. Durou 14h no primeiro dia. “Eu cheguei lá às duas horas da tarde. Eu fui torturado na cadeira do dragão das 14h às 4h da manhã, com o Ustra comandando”, contou, referindo-se aos choques elétricos aos quais os prisioneiros eram submetidos para fornecer informações. Também torturada, a ex-militante Amelinha Teles conta, no vídeo veiculado pelo *blog Vi o Mundo* que, junto com sua família, conseguiu na Justiça que Ustra fosse o primeiro militar da ditadura a “ser oficialmente classificado como torturador” pelo Estado brasileiro. Ela, o marido, a cunhada grávida e os filhos ainda crianças foram torturados por esse oficial no início da década de 1970.

[...] Me deixaram lá no pátio, e levaram o César (marido) e Daniele (cunhada). Eu vi um homem gritando. Eles espancavam tanto o César e a Daniele. Aí, eu perguntei para ele (Ustra): como que é que o senhor deixa estas pessoas serem machucadas deste jeito? Ele me disse: foda-se, sua terrorista. Me deu um safanão na cara, me jogou no chão, no pátio. E disse assim: pega essa mulher, pega essa mulher. Aí, eles me agarraram, me conduziram para a sala de tortura e eu passei a ser torturada. De vez em quando, ele passava lá. Ele passava lá para gritar, para mandar intensificar a tortura, para dar safanões. Fui para a cadeira de dragão. Fui para o pau de arara, para a cadeira de dragão, toda a tortura é nua. E na cadeira de dragão, você fica lá sentada, e, aí, amarrada, molhada, amarrada com fios descascados e levando choques no corpo inteiro, na boca, nos ouvidos nos seios, no umbigo, na vagina, no ânus, porque eles colocam os fios embaixo de você, nas pernas, nos braços²⁰.

¹⁹ Ver nota 15.

²⁰ Extraído de documento “Amelinha Teles, Ustra e a cadeira do dragão”. Blog *Vi o mundo* (vídeo). Publicado em 18/05/2013. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/denuncias/amelinha-teles-ustra-e-a-cadeira-do-dragao.html>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

Além de levar socos, choques elétricos, ficar no pau de arara²¹ e sofrer outras torturas, sempre despida, Amelinha contou que Ustra levou os filhos dela, Janaína, de cinco anos, e Edson, de quatro anos, para os porões da 36ª delegacia do DOI-CODI para assisti-la ser torturada, levando choques na “cadeira do dragão”:

Isto eu não vou me esquecer. Não vou me esquecer nunca. Meus filhos queriam me abraçar. Meus filhos queriam falar comigo. E, eu, amarrada, não podia falar com eles. Eu toda machucada. Em 2005, nós entramos com uma ação pedindo que o Estado brasileiro declare o coronel Ustra como torturador. E nós conseguimos. Na primeira instância, aqui na 23ª vara, civil, aqui de São Paulo, e, depois, ele entrou com recurso no Tribunal de Justiça, mas o Tribunal de Justiça confirmou a sentença dada em primeira instância, então, até o momento, o Ustra foi declarado torturador pelo Estado brasileiro²².

Outro depoimento que chamou a atenção foi o de Ivan Seixas, uma das vítimas de Ustra ouvidas pela Comissão da Verdade. Ele contou ter sido torturado junto com o pai na cadeira do dragão e no pau de arara:

[...] minha mãe ouviu alguma coisa naquela hora. Ela estava na sala de baixo (se referindo ao momento em que o pai foi morto por pauladas) e ela ouviu quando os caras disseram que ele deveria viver mais tempo... mas ele ficou em silêncio, não respondia mais..(sobre as torturas) Tomei choques no pé e outros na mão, nas orelhas e nos dedos das mãos. O choque pega o sistema nervoso central e faz você ficar tão desnorreado que você grita você fica muito confuso. Dói. Você grita! Ah! Ah! Ah! Você grita, grita, grita, porque você se desconserta totalmente. A ideia é desconsertar o preso, e, o próprio choque provoca uma dor; então você grita. Você fica com o sistema nervoso bagunçado e também pela dor. Foram duas máquinas ao mesmo tempo, o dia inteiro, choque, no dia seguinte, já não... Era uma crueldade muito grande. Agora, o pau de arara ele cria problema nas pernas. Você fica sem andar. A pessoa perde o movimento das pernas. É alguma coisa, muito forte. Depois ele (Ustra) me bateu aqui (mostra as costas). Quebrou uma vértebra, com um cano²³

Ivan ainda classificou Ustra como “psicopata” por levar a mulher e a própria filha, Mariana, na época com quatro anos, para assistir às torturas que aplicava aos presos. “Um cara que faz isso é um desequilibrado”, contou Seixas²⁴.

21 No pau de arara “o torturado é pendurado pelos joelhos em uma barra horizontal, com as mãos amarradas junto às canelas [...] a posição o deixa totalmente vulnerável a espancamentos, choques ou queimaduras”. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-sao-as-piores-torturas-com-cordas-e-barras/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

22 Ver nota 18.

23 Publicado em 18/05/2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/ustra-levou-mulher-e-filha-para-o-centro-de-torturas-diz-ivan-seixas-80-morreram-sob-a-responsabilidade-do-coronel-que-e-idolo-de-bolsonaro-veja-depoimento-de-torturados.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

24 Ver nota 21.

A admiração de Bolsonaro por Ustra, o torturador que causou pânico à ex-presidenta Dilma Rousseff

Quando declarou seu voto favorável ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, durante sessão no plenário, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-SP) fez questão de afirmar a sua admiração pelo coronel Ustra: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”²⁵. Conforme já mencionado, Bolsonaro foi convocado pelo Conselho de Ética da Câmara, que o julgou por quebra de decoro parlamentar. Para explicar a homenagem feita à Ustra, novamente o então deputado voltou a exaltar o coronel: “Sou capitão do Exército, conhecia e era amigo do coronel, sou amigo da viúva. [...] o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra recebeu a mais alta comenda do Exército, a Medalha do Pacificador, é um herói brasileiro”²⁶.

Lembrando outra ocasião, em 2016, em entrevista à rádio *Jovem Pan*, Bolsonaro reafirmou sua admiração pela ditadura: “O erro da ditadura foi torturar e não matar”, conforme publicado em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada “Veja dez frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe 1964 e a ditadura militar”²⁷. Sempre que pode, o presidente mostra admiração pelo uso de métodos violentos: “Pau de arara funciona. Sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também”, disse em entrevista ao Programa *Câmera Aberta*, da *TV Bandeirantes*, em 1999²⁸.

No mesmo programa, o presidente continua, dizendo que outra “prova de que o Brasil não teria passado” por uma ditadura foi o fato de que “a transferência para o governo civil”, na sua avaliação, ter sido feita de “forma pacífica”. E perguntou: “E onde você viu uma ditadura entregar de forma pacífica para a oposição? Só no Brasil. Então, não houve ditadura!”, ressaltou²⁹. Somando-se ao que foi descrito, no dia 25 de março de 2019 o presidente ordenou, por meio de seu porta-voz, Otávio Rêgo Barros, que os 55 anos do início da ditadura deveriam ser festejados, como informa matéria do jornalista Guilherme Mazui,

25 Ver nota 5.

26 Ver nota 5.

27 Publicado em 28/03/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2019.

28 A declaração dada ao apresentador Datena foi citada em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada “Bolsonaro nega ditadura e disse que regime viveu probleminhas”. Publicado em 27/05/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2019.

29 Ver nota 26.

veiculada no portal *GI*, em 25 de março de 2019, intitulada “Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz”³⁰.

As cenas da enunciação e o *ethos* conferido à ditadura no discurso de Ustra, de suas vítimas e do presidente

Lembrando o conceito de *ethos* exposto por Maingueneau (2013), sobre o qual discorreremos nos fundamentos teóricos deste artigo, e considerando-se que as subdivisões da *cena da enunciação* fazem parte da constituição do *ethos*, como explica esse autor, passamos à análise dos três discursos que constituem o nosso *corpus*, tentando identificar os *ethé* (ou as imagens) de ditadura que são construídos nesses relatos.

Quadro 2 - Análises

Cena da Enunciação	Cena Englobante Tipo de discurso	Cena Genérica Instituição discursiva	Cenografia Tom imposto à narrativa
Coronel Ustra	1ª Cena: O discurso biográfico, descrito no livro <i>Verdades Sufocadas</i> (2006). Neste discurso, Ustra é o autor das memórias descritas nesta obra. É então autoridade capaz de contar “verdades sufocadas”. 2ª Cena: Interrogatório na Comissão da Verdade. Discurso jurídico. Oral. Deve contar o que sabe, mas se recusa. Não é autoridade, é réu. Pode ser responsabilizado pelo	1ª Cena: Livro de memórias usado por Ustra para dar a sua versão do golpe militar. Principalmente pelos fatos terem sido contestados por documentos e laudos técnicos, não devem ser consideradas fontes informativas, e sim texto ficcional. 2ª Cena: Na Comissão da Verdade, como réu, recusa-se, de modo agressivo, a dialogar com suas vítimas. Quando convocado a responder, lê seu livro.	1ª Cena: Ustra assume o papel de oficial idealista, preocupado em proteger o seu país. Encarna o “bom marido”, o “bom pai”, o militar que orienta os jovens e tenta convencê-los a se engajar nos ideais defendidos pelo governo militar, que luta contra quem deseja implantar no Brasil uma “ditadura comunista”. Nesta versão, Ustra e os governos militares são “pacificadores”. 2ª Cena: Para fugir às acusações, o réu Ustra recorre a dois atos de fala: o primeiro é fundado no silêncio constitutivo. Ao mesmo tempo em que chama seus acusadores de

³⁰ Publicado em: 25/03/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 26 maio 2019.

	que falar.		“terroristas”, recusa-se a dialogar com elas, o que pode ser entendido como uma agressão. Deixa então de ser “réu” para ser a autoridade que impõe o silêncio, a censura. O segundo ato de fala é a leitura de seu livro, usado como argumento de defesa, que resvala certo autoritarismo e a ideia de que a verdade está somente ali, em suas memórias.
Vítimas	Os depoimentos do deputado Adriano Diogo, da militante Amelinha Teles e de Ivan Seixas foram gravados, em vídeo, em locais diferentes. Mas todos foram entrevistados pelo jornalista Luiz Carlos Azenha e exibidos no <i>blog Vi o mundo</i> , disponibilizado na <i>web</i> .	Testemunhos. Ao responderem às perguntas de Azenha, falam da dor que sofreram ao serem torturados por Ustra. Também descrevem os suplícios a eles impostos. Embora não chorem, retomam seu lugar de excluídos e exigem que Ustra, descrito por eles como violento e sádico, pague por seus crimes, assim como o Estado representado pelo militar.	Discurso militante e libertário. O tom dos depoimentos é firme e exigente. Os três querem a punição de Ustra por tê-los torturado. Exigem revelar tudo o que não puderam dizer quando foram presos, revelar “as verdades sufocadas” nos porões do DOI-CODI, em função da censura, imposta pela ditadura. E, assim, reforçam a imagem de que Ustra e a ditadura por ele representada eram cruéis e violentos.
Presidente Jair Bolsonaro	1ª Cena: Homenagem a Ustra, pelo pânico que ele causava à Dilma Rousseff. Esse elogio ao torturador de Dilma foi feito durante o voto de Bolsonaro pelo impeachment da ex-presidenta. A homenagem objetivava ironizar, humilhar, e, novamente, torturar psicologicamente a líder política, que perdia seu cargo. 2ª Cena: Réu na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, Bolsonaro pode perder o	1ª Cena: Discurso político/ comício. Embora pareçam espontâneas, as declarações de Bolsonaro objetivam impactar o eleitorado, captando eleitores. Ao simbolicamente torturar Dilma, ele agrada os eleitores insatisfeitos com a presidenta. 2ª Cena: Como réu, ao reiterar o mesmo discurso, Bolsonaro mostra não temer a	1ª Cena: Tom de comício. Apesar de negar ser político, ao homenagear Ustra e torturar simbolicamente a ex-presidenta, Bolsonaro objetiva conquistar votos e a simpatia de boa parte da população insatisfeita com a presidenta. Ele incorpora aí a voz dos militares pró-ditadura, da extrema direita, e dos eleitores que acreditam que os crimes devam ser punidos com o uso da violência. 2ª Cena: Como réu por homenagear Ustra por ser torturador de Dilma, Bolsonaro imprime em seu

	<p>cargo por falta de decoro parlamentar. Mas ele não se comporta como réu, desprezando o universo jurídico.</p> <p>Confiante, ratifica a sua declaração indicando Ustra, novamente, como um herói. Ao reiterar sua fala, em vez de se defender, ele volta a atacar. É novamente o torturador, o militar e o político de direita, disposto a torturar e matar para, supostamente, defender o país.</p>	<p>perda do mandato. Mostra assim ser autêntico e fiel a seus ideais. Exibe um <i>ethos</i> de político autêntico, destemido.</p>	<p>juízo um tom de comício. Ele defende a premissa de que possa incorporar a “violência” de Ustra e da ditadura para defender o país. Assim, reforça a ideia de que a ditadura existiu e é violenta. E consegue deste modo, descolar sua imagem como político (parlamentar em oito mandatos), aproximando-a da persona de Ustra, militar e torturador de Dilma. Agrada assim, parte do eleitorado, contrário à Dilma, em busca de “uma nova política”.</p>
--	--	---	--

Fonte que embasou as análises: Maingueneau (2013).

Alguém poderia questionar se os relatos de vida das vítimas de tortura, por se tratar de narrativas autobiográficas, conforme explicou Arfuch (2010), poderiam ter sua credibilidade questionada, assim como as memórias de Ustra (2006). Já a credibilidade de Bolsonaro poderia ser posta em dúvida por ir de encontro às narrativas de seu ídolo, ressaltando a “eficácia” desse coronel. No entanto, apenas no caso das vítimas a narrativa é comprovada por documentos que reforçam a autenticidade dos depoimentos.

Por outro lado, está implícito que os conceitos de “soberania popular” e os “desvios do soberanismo”, explicados por Charaudeau (2011), perpassam os discursos de Ustra (2006) e de Bolsonaro em várias ocasiões. Desse modo, é crível inferir que, enquanto Ustra (2006) tenta negar verdades históricas como a tortura e as execuções feitas por ele próprio, por seus colegas e pelo governo – dando à ditadura um *ethos* pacífico e democrático –, por seu lado, Bolsonaro, sem negar as torturas e massacres, justifica essas ações como algo bom.

O presidente eleito, na maioria dos excertos destacados, comprova a ideia de que seu “ídolo” foi cruel e torturou (admitindo o que Ustra não admite). Bolsonaro também nomeia os 21 anos em que os militares estiveram no poder como “ditadura”, confirmando as informações sobre a existência de tortura no período, o que ratifica os discursos das vítimas de Ustra. Assim, a análise dos três discursos acima expostos revela que os enunciados referentes à ditadura são constituídos de violência e de autoritarismo. Se por um lado, de acordo com os relatos das vítimas, e de Bolsonaro, a ditadura impôs torturas e mortes aos seus

opositores, por outro, nos discursos de Ustra (2006), ela foi pacífica, justificando-se as atrocidades como forma de os militares lutarem para “defender o país”.

Mas, ao se negar a falar com suas vítimas, o coronel usa do silenciamento constitutivo, descrito por Orlandi (2007), como premissa de que sempre que se diz algo, se deixa de falar aquilo que não se considerou relevante, ou se quis ocultar. Assim, ao recusar-se ao diálogo, Ustra rejeitou o *ethos* de “réu”, forjando o de “autoridade” capaz de recusar-se a falar e a ouvir e, principalmente, a colocar seu ponto de vista à prova. Paradoxalmente, os *ethos* detectados no relato das vítimas coincidem com o de Bolsonaro nos seguintes pontos: os 21 anos em que os militares estiveram no poder podem ser classificados como ditadura; essa ditadura foi violenta, torturou e matou e, aparentemente, é essa violência que faz com que o presidente admire Ustra. Tal ponto de vista, embora rejeitado por Ustra (2006), fica evidente pela atitude autoritária e violenta do militar em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Concluimos, assim, que os discursos de Bolsonaro e Ustra se contradizem, na medida em que o presidente eleito reforça o *ethé* de torturador cruel e violento, característica atribuída pelas vítimas a esse militar.

Considerações sobre verdades sufocadas e verdades construídas

Ao contrário de países como Argentina, Chile e Uruguai, que julgaram e condenaram os responsáveis por crimes contra a humanidade durante a ditadura que sofreram nas décadas de 1970, decisão do STF³¹ brasileiro considerou que a Lei da Anistia (1979) não poderia ser revogada para permitir a punição dos militares que torturaram e assassinaram os militantes que estavam sob sua tutela. Tal sentença impediu, em parte, a possibilidade de os militantes e familiares de mortos e desaparecidos assistirem à condenação dos responsáveis por tais crimes. E também que pudessem recuperar os corpos de seus entes queridos. Como durante o regime ditatorial a imprensa não pôde noticiar crimes de corrupção cometidos pela cúpula do governo militar, houve o que Orlandi (2007) chama de “silenciamento constitutivo”.

³¹ Matéria do jornalista Robson Bonim, veiculada no portal G1, intitulada “STF rejeita ação da OAB e decide que a Lei da Anistia vale para todos”. Publicado em 29/04/2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/stf-rejeita-acao-da-oab-e-decide-que-lei-da-anistia-vale-para-todos.html>>. Acesso em: 10 maio 2019.

Nesse contexto, como os crimes dos militares não puderam ser noticiados pela imprensa por causa da censura ou do silenciamento local imposto na época pela ditadura, além de não terem sido julgados no período democrático, por decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), boa parte da população não os conheceu. Mas viu no noticiário, a partir de 1985, a corrupção dos governos civis. Assim, ao não se condenar torturadores do governo militar, e ao se registrar casos de corrupção nos governos civis, contribui-se para forjar falsos imaginários favoráveis à premissa de que na ditadura não houve arbitrariedades.

Mas num país polarizado como o Brasil contemporâneo, é preciso atenção às tentativas de reescritura da história. Portanto, faz-se mister que todos os brasileiros tenham conhecimento sobre esse período que compõe a memória do país, sobretudo os jovens, pois a verdade (sufocada) pode ser a semente de um estado de exceção, brecha para a entrada oportunista de “novas” versões para uma mesma história.

Referências Bibliográficas

ARFUCH Leonor. *O Espaço Biográfico*. Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ARNS, Dom Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Um relato para a história. Petrópolis. RJ. Editora Vozes. 1999

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BETO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Mariguela*. 9ª ed. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. S.A, 1987

BIOGRAFIA de um jornalista. *Instituto Vladimir Herzog*, s/d. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BOLSONARO determinou que Defesa faça as ‘comemorações devidas’ do golpe de 64, diz porta-voz. *G1*, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2019.

BOLSONARO homenageia torturador em seu voto pelo impeachment. *Rede brasil atual*, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

BONIM, Robson. STF rejeita ação da OAB e decide que a Lei da Anistia vale para todos. *GI*, 29 abr. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/stf-rejeita-acao-da-oab-e-decide-que-lei-da-anistia-vale-para-todos.html>. Acesso em: 22 maio 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: Uma relação paradoxal. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P. *Discurso e [des] igualdade social*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

_____. *Discurso Político*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (CEV). “RUBENS PAIVA”. Relatório. Tomo 1. Parte 1. *O bagulhão*. A voz dos presos contra a ditadura. (CEV) São Paulo, 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-Bagulhao-a-voz-dos-presos-politicos-contr-a-ditadura.pdf. Acesso em 22 maio.2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/component/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em 18 maio 2019.

DEFENSOR da ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: “o erro foi torturar e não matar”. *Jovem Pan*, 8 jul. 2016. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 26 maio 2019.

ERNESTO, Marcelo. Fundação João Pinheiro cancela aulas após vídeo de Bolsonaro com ‘mensagem’ a professores. *Estado de Minas*, 30 out. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/30/interna_politica,1001648/fundacao-joao-pinheiro-cancela-aulas-apos-video-de-bolsonaro-com-mens.shtml. Acesso em: 22 maio 2019.

FON, Antônio Carlos. *Tortura*. A história da repressão política no Brasil. São Paulo. Editora Parma. 1979.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1977.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

JUNIOR, João Fernandes da Silva. *A verdade sobre o regime militar brasileiro*. Limiar Edições. E-book kindle. São Paulo. 2015

MACHADO, Ida Lúcia. Narrativa de vida e construção da identidade. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P. *Discurso e [des] igualdade social*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Orgs.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

MENDES, Priscila. Durante depoimento de Ustra, comissão aponta 50 mortes no DOI. *GI*, 10 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/durante-depoimento-de-ustra-comissao-aponta-50-mortes-no-doi.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

MORO propõe lei que isenta pena de policial que matar em serviço. *O Tempo*, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/moro-prop%C3%B5e-lei-que-isenta-pena-de-policial-que-matar-em-servi%C3%A7o-1.2131310>. Acesso em: 26 maio 2019.

ORLANDI, P. Eni. *As formas do Silêncio: Nos movimentos dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SILVEIRA, Itamar Flávio & CARVALHO Suelen. *Golpe de 1964. O que os livros de história não contaram*. São Paulo. Editora Peixoto Neto. 1ª Ed. 2016.

TAVARES, Flávia. Olavo de Carvalho, o guru da direita que rejeita o que dizem seus fãs. *Época*, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/olavo-de-carvalho-guru-da-direita-que-rejeita-que-dizem-seus-fas-23254692>. Acesso em: 23 maio 2019.

USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *A Verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília, DF: Ed. Ser, 2006.

_____. *Rompendo o Silêncio*. Brasília. DF: Editerra, 1987.

The truth suffocated: imminence of new senses on the dictatorship

Abstract: This article sought to analyze that social representations of the military dictatorship (1964-1985) are constructed from fragments of life narratives (MACHADO, 2015) of a military man considered one of the greatest torturers of the dictatorship, from biographical excerpts of three victims of this military man and of chunks of statements by President-elect Jair Bolsonaro (PSL), who has this character as a kind of idol. It was intended to distinguish, in the analysis of these excerpts, that which serve the *ethos* (MAINGUENEAU, 2013), and the sociodiscursive imaginary (CHARAUDEAU, 2015) that pervade them. It was concluded in this article that the speeches that deny the violent, dictatorial character and the crimes committed in those 21 years serve as an alert for the attempt to rewrite Brazilian history.

Key words: Dictatorship, social representations, *ethos*, new narratives.